

# VANTAGENS COMPARATIVAS DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ALEMANHA.

## O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN<sup>1</sup>

Alaor Sílvio Cardoso<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as exportações do Brasil para a Alemanha, em 2001, por grupos de produtos exportados, com base na intensidade da utilização do fator de produção correspondente à qualificação da mão-de-obra. Define as vantagens comparativas das exportações brasileiras para o mercado alemão com base no modelo de Heckscher-Ohlin. Dessa forma examina, comparativamente, as exportações do Brasil com relação à intensidade de utilização das mãos-de-obra qualificada e não qualificada em cada grupo de produtos exportados para a Alemanha. Por esta razão considera a mão-de-obra qualificada e a mão-de-obra não qualificada como dois fatores de produção distintos.

Após a identificação dos produtos brasileiros que apresentam vantagens comparativas, este trabalho analisa os principais obstáculos impostos pelo mercado alemão a estes produtos, tendo em vista as barreiras comerciais (tarifárias e não-tarifárias) aplicadas pela Alemanha às exportações brasileiras, no âmbito da regulamentação comunitária da União Européia.

---

<sup>1</sup> Este artigo baseia-se na dissertação de mestrado apresentada em outubro de 2003 na Universidade Católica de Brasília.

<sup>2</sup> Pós Graduado em Comércio Internacional e Câmbio pela Fundação Getúlio Vargas, Mestre em Economia de Empresas pela Universidade Católica e professor na Faculdade de Relações Internacionais do UniCEUB

## Introdução

A importância do comércio internacional vem da impossibilidade de um país produzir vantajosamente todos os bens e serviços de que tenha necessidade. Isto decorre de diversos fatores, tais como: desigualdades na distribuição geográfica dos recursos naturais, diferenças de clima e de solo e diferenças de técnicas de produção e de distribuição, e diferenças de disponibilidade de capital. Na ausência de comércio externo, um país poderia consumir somente os bens que produzisse. Esta possibilidade tornaria iguais as fronteiras de produção e de consumo, acabando com os ganhos provenientes da melhor alocação dos recursos e diminuindo a escala de produção, em decorrência do estreitamento da comercialização externa.

Nas últimas décadas houve um grande crescimento das exportações mundiais de mercadorias. Em 1950, o total das exportações mundiais foi de US\$ 57,2 bilhões e alcançou a cifra de US\$ 6.064 bilhões em 2001.

No entanto, as exportações brasileiras subiram de US\$ 20,1 bilhões em 1980 para somente US\$ 60,4 bilhões em 2002, indicando um percentual de participação nos últimos 22 anos muito baixo, ou seja, menos de 1% do comércio mundial.

O crescimento acelerado das importações brasileiras, após o plano real, alertou sobre a importância de se estimular as exportações nacionais, a fim de diminuir a dependência do país quanto a necessidade de recursos externos..

Assim sendo, destacamos que a pujança de crescimento da Alemanha, que é hoje o segundo maior importador do mundo, atrás somente dos Estados Unidos, motivou a escolha do comércio Brasil/Alemanha como tema de análise deste artigo. Levaremos também em consideração os sucessivos déficits comerciais do Brasil frente àquele mercado.

Examinaremos neste trabalho as vantagens comparativas de exportação para a Alemanha, considerando a intensidade do fator qualificação da mão-de-obra brasileira. A partir desta consideração, identificaremos os grupos de produtos exportados para a Alemanha em 2001, com melhores condições de inserção naquele mercado.

O artigo procura verificar se as exportações para a Alemanha referem-se a setores produtivos brasileiros, que trabalham com grande intensidade do fator mão-de-obra não qualificada, supostamente abundante na economia brasileira. Desta forma identificaremos vantagens comparativas dos produtos brasileiros, segundo a teoria de Heckscher-Ohlin. Com base nesta teoria e a partir dos resultados obtidos da relação produtos/vantagens comparativas, procuraremos identificar as barreiras comerciais enfrentadas pelo Brasil naquele mercado e, assim, examinar possibilidades de expansão das exportações brasileiras.

## O comércio do Brasil com o mundo e com a Alemanha

De 1995 a 2000, o comércio externo brasileiro acumulou vários déficits. Somente no ano 2001 o país conseguiu reverter a situação, alcançando um saldo positivo. Este fato, entretanto, teve como causa principal a desvalorização do Real frente ao dólar americano ocorrida em 1999, que não só estimulou, as exportações, mas principalmente interrompeu a expansão das importações.

### Comércio exterior do Brasil (US\$ milhões FOB)

PERÍODO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRA	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	SALDOS
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.994	59.741	-6.747
1998	51.140	57.764	-6.624
1999	48.011	49.295	-1.284
2000	55.086	55.839	-753
2001	58.223	55.572	2.651
2002	60.362	47.232	13.130

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Sistema ALICE.

A vigorosa redução das importações no período compreendido entre os anos de 2001 e 2002, devido à desvalorização cambial, foi decisivamente influenciada também pela redução da atividade econômica.

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

As taxas de câmbio favoráveis às exportações mantiveram o trajeto do comportamento do comércio e, graças a este fato, o Brasil alcançou em 2002 o saldo positivo de US\$ 13,1 bilhões.

Contudo o crescimento das exportações não poderá estar sustentado em processos de desvalorizações da moeda nacional, pois isto torna extremamente difícil o pagamento de dívidas externas contraídas em dólares, tanto pelo governo como pelas empresas privadas, ao mesmo tempo em que cria obstáculos à importação de bens de capital e de insumos não produzidos no país. O crescimento das exportações deve ser alicerçado na competitividade. Também a procura por novos nichos de mercado e a expansão dos mercados não explorados adequadamente devem ser priorizadas como elementos adicionais no processo de incremento das exportações.

Numa análise do comércio entre o Brasil e a Alemanha, com base nos dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC/SECEX) notamos que os déficits comerciais com o mercado germânico alcançam valores de substantiva importância a um longo período. As exportações para o mercado alemão em 2000 foram de US\$ 2.526 milhões, e de US\$ 2.537 milhões em 2002. Porém, as importações corresponderam respectivamente a US\$ 4.427 milhões e US\$ 4.421 milhões. O déficit com a Alemanha em 2001 aproximou-se ao valor do superávit total do Brasil com o mundo, no mesmo período.

**Intercâmbio comercial Brasil/Alemanha  
(US\$ milhões FOB)**

<b>PERÍODO</b>	<b>EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>	<b>IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS</b>	<b>SALDO</b>
1997	2.608	4.958	-2.350
1998	3.006	5.236	-2.230
1999	2.544	4.713	-2.169
2000	2.526	4.421	-1.895
2001	2.502	4.812	-2.310
2002	2.536	4.398	-1.861

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Sistema ALICE

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

## O comércio da Alemanha com o mundo

As exportações totais da Alemanha subiram de US\$ 422 bilhões em 1994 para US\$ 613 bilhões em 2002. Isto indica que aproximadamente 10% das exportações totais do mundo são de produtos alemães. Suas importações passaram de 375 bilhões para US\$ 494 bilhões no mesmo período. Em consequência seus superávits na balança comercial passaram de US\$ 50 bilhões para US\$ 119 bilhões.

Os parceiros comerciais mais importantes da Alemanha são os países industrializados ocidentais, responsáveis por aproximadamente 78% das exportações e 75% das importações do país, em 2001.

A França continua sendo o principal parceiro comercial da Alemanha, seguido pelos Estados Unidos e Reino Unido. As importações alemãs provenientes da França alcançaram a soma de US\$ 46,3 bilhões, representando 9,4% do total importado pela Alemanha em 2001. As importações de países da Europa Central e Oriental têm crescido rapidamente e em 2001 forneceu cerca de 11% do total importado pela Alemanha. O comércio exterior da Alemanha se concentra entre os países da própria União Européia.

### Balança comercial da Alemanha 1994 - 2002 (US\$ bilhões)

PERÍODO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO
1994	421,4	371,5	49,9
1995	509,1	443,8	65,3
1996	512,8	444,5	68,3
1997	511,4	436,4	75,0
1998	540,7	463,3	77,4
1999	535,5	464,3	71,2
2000	548,8	500,3	48,5
2001	570,3	492,6	77,7
2002	612,6	493,5	119,1

Fonte: Direction of Trade Statistic – DOTS, Yearbook 2001e Quarterly, 2003. Fundo Monetário Internacional

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

## A construção de índice de vantagens comparativas

A teoria de Heckcher-Ohlin conclui que cada país procurará especializar-se e deverá exportar o produto cuja produção envolva maior participação do seu fator relativamente abundante e barato e importará o artigo cuja produção exija grande participação de seu fator relativamente escasso e dispendioso.

Neste trabalho, optamos pela construção de um indicador de vantagens comparativas que será baseado na qualificação da mão-de-obra brasileira, levando-se em consideração que a economia brasileira é intensiva em mão-de-obra não qualificada e, que segundo a teoria das vantagens comparativas os setores da economia com maior abundância desta mão-de-obra estariam em melhores condições de exportação. A construção do indicador está dividida em duas partes.

Na primeira parte a elaboração de um índice de qualificação de mão-de-obra, baseado em Soares (2000, 2002) tem como objetivo a construção de uma *proxy* para medir a intensidade de mão-de-obra dos setores produtivos brasileiros. A construção deste indicador é necessária para identificar quais setores da economia brasileira seriam abundantes de mão-de-obra não qualificada e quais os setores que seriam abundantes em mão-de-obra qualificada. A mão-de-obra qualificada e não qualificada serão considerados como dois fatores distintos de produção.

Na construção da proxy foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2001. Assim, originou-se a disponibilidade das informações sobre o grau de instrução da mão-de-obra, por setores produtivos da economia brasileira.

Definimos como critério, também de acordo com Soares (2000, 2002,) que indivíduos com segundo grau completo ou maior grau de instrução são considerados como mão-de-obra qualificada, e conseqüentemente, indivíduos com segundo grau incompleto ou menor grau de instrução serão considerados como mão-de-obra não qualificada. Foram utilizados vários processos de filtros sobre os dados da PNAD a fim de se obter os percentuais de mão-de-obra

qualificada e não qualificada. Dando prosseguimento ao processo metodológico, foram utilizados os dados dos setores produtivos segundo o disposto no sistema de contas nacionais do IBGE. Estes dados foram reagrupados em conformidade com as informações obtidas pela PNAD.

Desta forma a relação dos setores produtivos contidos nas Contas Nacionais foram reagrupados seguindo os dados da PNAD. A elaboração da tabela abaixo seguiu os procedimentos apresentados por Soares (2000, 2002), levando-se em conta a exclusão dos setores de serviços de maneira a facilitar a implementação da segunda parte da metodologia, que se refere à compatibilização entre as atividades codificadas da PNAD e o Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH)

**Classificação dos setores produtivos das contas nacionais de acordo com a classificação setorial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**

SETOR DAS CONTAS NACIONAIS	CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A PNAD	SETOR RESULTANTE
1. Agropecuária	1. Agropecuária	1. Agropecuária
2. Extrativa mineral	2. Extrativa mineral	2. Extrativo mineral
3. Extração de petróleo e gás	3. Extração de petróleo e gás	3. Extração de petróleo
4. Minerais não-metálicos	4. Indústria de transformação	4. Indústria dos minerais não-metálicos
5. Metalurgia de não-ferrosos	5. Indústria de metais	5. Indústrias dos minerais metálicos
6. Siderurgia	6. Máquinas e tratores	6. Máquinas
7. Outros metalúrgicos	7. Equip. eletroeletrônicos	7. Equip. eletroeletrônicos
8. Máquinas e tratores	8. Veículos e acessórios	8. Veículos e acessórios
9. Material elétrico	9. Madeira e mobiliário	9. Madeira e mobiliário
10. Equipamentos eletrônicos	10. Papel e gráfica	10. Papel e gráfica
11. Automóveis, caminhões e ônibus	11. Indústria da borracha	11. Indústria da borracha
12. Outros veículos e peças	12. Insumos químicos, plásticos e fibras	12. Insumos químicos, plásticos e fibras
13. Madeira e mobiliário	13. Farmacêutica e perfumaria	13. Farmacêutica e perfumaria
14. Papel e gráfica	14. Artigos de plástico	14. Artigos de plástico
15. Indústria da borracha	15. Indústria têxtil	15. Indústria têxtil
16. Elementos químicos	16. Artigos de vestuário	16. Artigos de vestuário
17. Químicos diversos		
18. Farmacêutica e perfumaria		
19. Artigos de plástico		
20. Indústria têxtil		
21. Artigos de vestuário		

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

SETOR DAS CONTAS NACIONAIS	CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A PNAD	SETOR RESULTANTE
22. Fabricação de calçados	17. Fabricação de calçados	17. Fabricação de calçados
23. Benef. de produtos vegetais		
24. Indústria de açúcar		
25. Fab. De óleos vegetais	18. Indústria alimentícia	18. Indústria alimentícia
26. Outros produtos alimentares		
27. Indústrias diversas	19. Indústrias diversas	19. Indústrias diversas

Fonte: IBGE e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio ( PNAD – 2001)

Elaboração baseada em Soares (2000, 2002) com adaptações do autor.

### Intensidade de utilização da mão-de-obra por setores da economia

Após o processo de compatibilização foi então elaborado os índices de qualificação da mão-de-obra não qualificada e da mão-de-obra qualificada referentes aos setores produtivos.

SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA	INTENSIDADE DE MÃO-DE-OBRA – BRASIL - 2001	
	Qualificada (Q)	Não Qualificada (Nq)
1. Agropecuária	6,1	93,9
2. Extrativa mineral	25,6	74,4
3. Extração de petróleo	72,3	27,7
4. Indústria dos minerais não-metálicos	11,6	88,4
5. Indústrias dos minerais metálicos	6,3	93,7
6. Máquinas	49,7	50,3
7. Equipamentos eletroeletrônicos	54,8	45,2
8. Veículos e acessórios	56,3	43,7
9. Madeira e mobiliário	22,1	77,9
10. Papel e gráfica	55,1	44,9
11. Indústria da borracha	51,0	49,0
12. Insumos químicos, plásticos e fibras	52,7	47,3
13. Farmacêutica e perfumaria	52,7	47,3
14. Artigos de plástico	47,8	52,2
15. Indústria têxtil	36,3	63,7
16. Artigos de vestuário	37,3	62,7
17. Fabricação de calçados	25,2	74,8
18. Indústria alimentícia	27,7	72,3
19. Indústrias diversas	31,9	68,1
<b>Média Aritmética nacional</b>	<b>38,02</b>	<b>61,97</b>

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, IBGE ( PNAD – 2001)

Elaboração do autor

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

A elaboração dos índices possibilitou identificar os setores produtivos quanto à utilização de mão-de-obra não qualificada, que se constituirá no fator de produção abundante na economia brasileira. Estes setores terão melhores condições de exportação devido a sua vinculação com as vantagens comparativas nacionais. A fim de identificar quais setores são intensivos em mão-de-obra não qualificada e conseqüentemente, quais os que estarão associados às vantagens comparativas nacionais, utilizamos como parâmetro a qualificação média dos setores produtivos.

Assim, os setores que apresentarem valores de intensidade da mão-de-obra não qualificadas acima da média nacional serão considerados intensivos em mão-de-obra não qualificada, e portanto, com maior dotação no fator de produção abundante na economia brasileira.

Apuramos então que os setores considerados intensivos em mão-de-obra não qualificada e, portanto, com vantagem comparativa de exportação são os seguintes: agropecuário, extrativo mineral, minerais não metálicos, minerais metálicos, madeira e mobiliário, têxtil, vestuário, calçados, alimentício e de indústrias diversas. Tendo em vista que o presente artigo visa a verificação das vantagens comparativas de exportação de produtos brasileiros para a Alemanha, não objetivando o relacionamento comercial em termos de serviços, cabe assinalar que levando-se em conta somente os setores de produtos, o período de 2001 apresentou, mediante filtros de dados da PNAD, os seguintes índices de intensidade de utilização da mão-de-obra quanto à qualificação, no Brasil:

a) mão-de-obra não qualificada (61,96%); e

b) mão-de-obra qualificada (38,02 %)

Vale ressaltar que vários testes realizados em períodos diversos para o comércio exterior brasileiro, quanto à intensidade de utilização da mão-de-obra, qualificada e não qualificada, alcançaram resultados finais que comprovaram serem as exportações brasileiras intensivas em mão-de-obra não qualificada.

A segunda parte da construção do indicador de vantagens comparativas desenvolve um novo reagrupamento, ou seja, em conformidade com o Sistema Harmonizado de Designação e de

Codificação de Mercadorias (SH), no qual se baseia a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) utilizada nas estatísticas de comércio exterior do Brasil, compatibilizamos os grupos de produtos (capítulos) de exportação brasileira, dos quais se dispõe de dados estatísticos das exportações para a Alemanha, com os grupos dos setores produtivos da economia segundo a PNAD, dos quais não se dispõe de informações diretas das exportações brasileiras. Este procedimento tornou-se indispensável para o prosseguimento do teste da hipótese tendo em consideração que a PNAD utiliza-se de codificação de atividades não semelhante e diretamente conversível para o SH, este utilizado mundialmente para apuração das estatísticas de comércio exterior. Os dados estatísticos das exportações brasileiras foram obtidos mediante o SH e tendo como fonte a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O processo de harmonização entre os códigos de atividades da PNAD e os códigos do SH, foi realizado de maneira comparativa visual onde procuramos alocar cada capítulo do Sistema Harmonizado a um setor de atividades da PNAD. O processo implicou conhecimento do SH que permitisse compatibilizar seus capítulos de maneira mais próxima possível com as atividades do PNAD. Repetimos a sistemática tomando capítulo por capítulo do SH e alocando-o a cada setor de atividade da PNAD. Verificamos nesse processo, como demonstrado a seguir, que a um mesmo setor da PNAD coube alocar vários capítulos do SH, como é o caso do setor agropecuário. Também verificamos que para um setor da PNAD foi alocado somente um capítulo do SH, como é o caso dos calçados e o caso dos plásticos, por exemplo.

Vale ressaltar que a inexistência de uma tabela de conversão direta dos códigos da PNAD para os códigos do SH e vice-versa, demandou lento e cuidadoso processo de comparabilidade visual dos dois sistemas, a fim de tornar o resultado da harmonização confiável. Providenciada a harmonização entre os dois sistemas (PNAD e SH) partimos para a construção da tabela denominada “Qualificação da mão-de-obra por setores produtivos e exportadores brasileiros”, tomando como pressuposto que foram atribuídos aos grupos de produtos exportados os mesmos índices de intensidade de mão-de-obra

dos setores produtivos, identificados por intermédio de filtros de dados disponibilizados pela PNAD.

A referida tabela apresenta o resultado deste segundo reagrupamento. Contém a lista dos setores brasileiros produtivos (PNAD) e respectivos capítulos de produtos exportados (SH) para a Alemanha, segundo a qualificação das mãos-de-obra qualificada e não qualificada em 2001. Apresenta ainda os valores em dólares exportados pelo Brasil, no mesmo período.

Assim foi possível verificar a relação entre o nível de qualificação da mão-de-obra e os valores exportados pelo Brasil, para o mercado alemão.

**Qualificação da mão-de-obra por setores produtivos e exportadores brasileiros**

Setores da economia brasileira	Intensidade da mão-de-obra Brasil- 2001 (%)		Capítulos do SH	Descrição dos grupos de produtos (capítulos) segundo o Sistema Harmonizado	Exportações brasileiras para a Alemanha em 2001 US\$ 1000 FOB
	Q	NQ			
<b>1. Agropecuária</b>	6,1	93,9	01	Animais vivos	16
			02	Carnes e miudezas, comestíveis.	211.081
			03	Peixes e crustáceos, moluscos e etc.	1.007
			04	Leite e laticínios; mel natural; produtos comestíveis de origem animal.	23.391
			05	Outros produtos de origem animal, não especificados.	21.225
			06	Plantas vivas e produtos de floricultura	263
			07	Produtos hortícolas, plantas, etc., comestíveis	390
			08	Frutas; cascas de cítricos e de melões.	10.483
			09	Café, chá, mate e especiarias	257.263
			10	Cereais	2.900
			11	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas etc.	30
			12	Sementes e frutos oleaginosos ,grãos;etc	281.944
			13	Gomas, resinas e outros sucos e extratos vegetais.	2.311
			14	Matérias para trançaria e produtos de origem vegetal, n/espcf	318
<b>Subtotal</b>					<b>814.933</b>
<b>2. Extrativa mineral</b>	25,6	74,4			
			26	Minérios, escórias e cinzas	364.720
<b>Subtotal</b>					<b>364.720</b>

Setores da economia brasileira	Intensidade da mão-de-obra Brasil- 2001 (%)		Capítulos do SH	Descrição dos grupos de produtos (capítulos) segundo o Sistema Harmonizado	Exportações brasileiras para a Alemanha em 2001 US\$ 1000 FOB
	Q	NQ			
<b>3. Refino de petróleo</b>	72,3	27,7	27	Combustíveis, óleos e ceras minerais etc.	3.431
<b>Subtotal</b>					<b>3.431</b>
<b>4. Indústria dos minerais não metálicos</b>	11,6	88,4	25	Sal; enxofre; terras; pedras; gesso, cal e cimento	1.196
			68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto	12.936
<b>Subtotal</b>					<b>14.132</b>
<b>5. Indústrias dos minerais metálicos</b>			71	Pérolas, pedras e metais preciosos; bijuterias.	34.712
			72	Ferro fundido, ferro e aço	78.675
			73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5.019
	6,3	93,7	74	Cobre e suas obras	257
			75	Níquel e suas obras	814
			76	Alumínio e suas obras	4.638
			78	Chumbo e suas obras	0
			79	Zinco e suas obras	0
			80	Estanho e suas obras	0
			81	Outros metais comuns; ceramais e suas obras	241
		82	Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, etc.	4.766	
		83	Obras diversas de metais comuns	1.381	
<b>Subtotal</b>					<b>130.503</b>
<b>6. Máquinas</b>	49,7	50,3	84	Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	306.915
<b>Subtotal</b>					<b>306.915</b>
<b>7. Equipamentos eletroeletrônicos</b>			85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	66.512
	54,8	45,2	90	Instrumentos e aparelhos de óptica, foto, precisão; médicos	9.736
<b>Subtotal</b>					<b>76.248</b>

Setores da economia brasileira	Intensidade da mão-de-obra Brasil- 2001 (%)		Capítulos do SH	Descrição dos grupos de produtos (capítulos) segundo o Sistema Harmonizado	Exportações brasileiras para a Alemanha em 2001 US\$ 1000 FOB
	Q	NQ			
<b>8. Veículos e acessórios</b>			86	Veículos e material para vias férreas, etc.	67
	56,3	43,7	87	Veículos automóveis, tratores, ciclos; etc.	63.534
			88	Aeronaves e aparelhos aéreos ou espaciais	2.224
			89	Embarcações e estruturas flutuantes	12
<b>Subtotal</b>					<b>65.837</b>
<b>9. Madeira e mobiliário</b>			45	Cortiça e suas obras	5
	22,1	77,9	46	Obras de espartaria ou de cestaria	0
			47	Pastas de madeira, desperdícios e aparas de papel	53.689
			94	Móveis, mobiliário médico - cirúrgico, colchões, etc.	23.122
<b>Subtotal</b>					<b>138.835</b>
<b>10. Papel e gráfica</b>	51,1	48,9	48	Papel e cartão; obras de pasta celulósica, etc.	6.034
			49	Livros, jornais, gravuras; textos, etc.	133
<b>Subtotal</b>					<b>6.167</b>
<b>11. Indústria da borracha</b>	51,0	49,0	40	Borracha e suas obras	23.561
<b>Subtotal</b>					<b>23.561</b>
<b>12. Insumos químicos, plásticos e fibras</b>	52,7	47,3	28	Produtos químicos inorgânicos	48.516
			31	Adubos ou fertilizantes	0
			32	Extratos tanantes, matérias corantes, tintas, etc.	34.090
			34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, ceras artificiais, etc.	249
			35	Matérias albuminóides; colas, enzimas, etc.	9.884
			36	Pólvoras e explosivos; fósforos	155

Setores da economia brasileira	Intensidade da mão-de-obra Brasil- 2001 (%)		Capítulos do SH	Descrição dos grupos de produtos (capítulos) segundo o Sistema Harmonizado	Exportações brasileiras para a Alemanha em 2001 US\$ 1000 FOB
	Q	NQ			
			37	Produtos para fotografia e cinematografia	9.092
			38	Produtos diversos das indústrias químicas	8.141
<b>Subtotal</b>					<b>110.127</b>
<b>13. Farmacêutica e perfumaria</b>	52,7	47,3	29	Produtos químicos orgânicos	27.161
			30	Produtos farmacêuticos	835
			33	Óleos essenciais; produtos de perfumaria/toucadour, etc.	5.146
<b>Subtotal</b>					<b>33.142</b>
<b>14. Artigos de plástico</b>	47,8	52,2	39	Plásticos e suas obras	5.445
<b>Subtotal</b>					<b>5.445</b>
<b>15 - Indústria têxtil</b>	36,3	63,7	50	Seda	17
			51	Lã e pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina	10.305
			52	Algodão	14.540
			53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel, etc.	215
			54	Filamentos sintéticos ou artificiais	587
			55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	889
			56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos; fios especiais	1.663
			57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis	891
			58	Tecidos especiais; rendas; tapeçarias, etc.	107
			59	Tecidos impregnados, revestidos, etc.	198
			60	Tecidos de malha	13
		63	Outros artefatos têxteis confeccionados; etc.	22.207	
<b>Subtotal</b>					<b>51.702</b>

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

Setores da economia brasileira	Intensidade da mão-de-obra Brasil- 2001 (%)		Capítulos do SH	Descrição dos grupos de produtos (capítulos) segundo o Sistema Harmonizado	Exportações brasileiras para a Alemanha em 2001 US\$ 1000 FOB
	Q	NQ			
<b>16 – Artigos de vestuário</b>	37,3	62,7	61	Vestuário e seus acessórios, de malha	6.147
			62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.314
<b>Subtotal</b>					<b>7.460</b>
<b>17 Fabricação de calçados</b>	25,2	74,8	64	Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes	26.827
<b>Subtotal</b>					<b>26.827</b>
<b>18 – Indústria alimentícia</b>	27,7	72,3	15	Gorduras óleos e ceras, animais ou vegetais	4.323
			16	Preparações de carne, peixes, crustáceos e moluscos, etc.	7.932
			17	Açúcares e produtos de confeitaria	646
			18	Cacau e suas preparações	1
			19	Preparações à base de cereais, farinhas, etc.	1
			20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc.	3.593
			21	Preparações alimentícias diversas	17.347
			22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	2.529
		23	Resíduos das indústrias alimentares; alimentos para animais	153.333	
<b>Subtotal</b>					<b>189.705</b>
<b>19. Indústrias diversas</b>	31,7	68,3	24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados	116.233
			41	Peles, exc. peleteria (peles com pêlo), e couros	21.155
			42	Obras de couro; artigos de viagem; bolsas; etc.	430
			43	Peleteria e suas obras; peleteria artificial	782
			65	Chapéus e artefatos de uso semelhante, e suas partes	24

Setores da economia brasileira	Intensidade da mão-de-obra Brasil- 2001 (%)		Capítulos do SH	Descrição dos grupos de produtos (capítulos) segundo o Sistema Harmonizado	Exportações brasileiras para a Alemanha em 2001 US\$ 1000 FOB
	Q	NQ			
			66	Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas etc.	0
			67	Penas e penugem preparadas, e suas obras; etc.	1
			69	Produtos cerâmicos	1.379
			70	Vidro e suas obras	4.279
			91	Aparelhos de relojoaria e suas partes	43
			92	Instrumentos musicais, suas partes e acessórios	357
			93	Armas e munições; suas partes e acessórios	2.313
			95	Brinquedos, jogos, artigos para divertimento e esporte	82
			96	Obras diversas	560
			97	Objetos de arte, de coleção e antiguidades	77
<b>Subtotal</b>					<b>146.346</b>
<b>Total geral</b>					<b>2.501.908</b>
<b>Média Aritmética Nacional</b>	38,02	61,97			

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD – 2001) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria de Comércio Exterior do MDIC.

Elaboração do autor.

## Resultados e análises

Levando em consideração os setores produtivos brasileiros (excluindo os setores de serviços) podemos verificar que a média nacional da utilização de mão-de-obra não qualificada alcançou o percentual de 61,97%. Assim podemos apurar a relação dos setores produtivos cujos percentuais de intensidade de utilização de mão-de-obra não qualificada estão acima da média nacional, isto é, acima de 61,97%.

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

A tabela a seguir mostra ainda, além da relação dos setores produtivos os valores das exportações brasileiras para a Alemanha de cada setor, no ano de 2001, a participação percentual destas exportações no total exportado para o mercado germânico.

Então, podemos concluir, que 75,35% dos valores exportados pelo Brasil para a Alemanha, tomando-se como referência o ano de 2001, são provenientes de produtos de alta intensidade de utilização de mão-de-obra não qualificada, abundante na economia nacional. Assim, segundo a teoria de Heckscher-Ohlin, parte substancial das exportações brasileiras destinadas àquele mercado em 2001 guarda expressiva referência com exportações de baixa qualificação de mão-de-obra.

As exportações brasileiras para a Alemanha nos últimos três anos têm apresentado valores praticamente constantes, ou seja US\$ 2,5 bilhões anuais. As exportações dos produtos com a vantagem comparativa, no mesmo período permanecem também com valores praticamente constantes, ou seja, US\$ 1,8 bilhão anuais. A teoria não visa explicar o aumento ou não das exportações brasileiras efetivas para a Alemanha e sim somente quais os produtos deveriam ser exportados. Constatamos então que, os valores das exportações brasileiras para a Alemanha confirmam a teoria de Heckscher-Ohlin, pois a vantagem comparativa, representada pela abundância e pelo menor custo do fator mão-de-obra não qualificada indica, quais os produtos poderiam ter melhores condições de exportação para aquele país.

## Setores produtivos intensivos de mão-de-obra não qualificada e suas exportações para a Alemanha

Setores produtivos cujos percentuais de intensidade de utilização de mão-de-obra não qualificada estão acima da média nacional (61,97%)	Percentual de intensidade de mão-de-obra não qualificada - 2001	Exportações brasileiras para a Alemanha em 2001 US\$ 1000	Participação do setor no valor exportado para a Alemanha (%)
Agropecuário	93,9	814.933	32,57
Extrativo mineral	74,4	364.720	14,57
Minerais não – metálicos	88,4	14.132	0,56
Minerais metálicos	93,7	130.503	5,21
Madeira e mobiliário	77,9	138.835	5,55
Têxtil	63,7	51.702	2,06
Vestuário	62,7	7.460	0,29
Calçados	74,8	26.827	1,07
Alimentício	72,3	189.705	7,58
Indústrias diversas	68,1	146.346	5,85
Setores selecionados		1.885.163	75,35%
Total das exportações brasileiras para a Alemanha		2.501.908	100,00%

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – 2001), IBGE. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Elaboração do Autor

A seguir analisamos, quanto aos aspectos de acesso ao mercado germânico, as barreiras tarifárias e não-tarifárias que constituem obstáculos às exportações brasileiras aos produtos que apresentaram vantagens comparativas. O objetivo deste exame é a verificação das causas que dificultam e até impedem o crescimento das exportações brasileiras. Enfatizamos o exame das barreiras não-tarifárias, pois estas se tornam cada vez mais comuns e menos transparentes, no âmbito de proteção a mercados externos de países desenvolvidos. Sendo assim, para efeito deste trabalho serão consideradas como barreiras tarifárias as tarifas de importação e outras taxas e impostos.

Por outro lado, consideraremos barreiras não-tarifárias as leis, regulamentos, políticas ou práticas de um país que visam restringir o acesso de produtos importados ao seu mercado. Por isso esta definição não pressupõe, obrigatoriamente, prática ilegal de comércio. Assim considera também as medidas definidas pela Organização Mundial de

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

Comércio (OMC). Contudo, as barreiras não-tarifárias englobam ainda formas menos explícitas e mais informais, tais como procedimentos administrativos, práticas regulatórias ou outras políticas que não estão baseadas em legislação, mas em costumes, instituições e outras diretivas informais. Por essa razão consideramos também como barreiras não-tarifárias as normas e regulamentos técnicos, que embora não se constituem em barreiras *per se*, podem ser enquadradas como tal, levando-se em conta a possibilidade de apresentarem-se com pouca transparência, de maneira morosa, dispendiosa, extremamente rigorosa e revestida de excessivo zelo de inspeção. Como exemplos de barreiras não-tarifárias podemos citar: restrições quantitativas, licenciamento de importações, procedimentos alfandegários, medidas antidumping e compensatórias, regulamentos de salvaguardas, normas e regulamentos técnicos, regulamentos sanitários e fitossanitários, de vigilância animal e vegetal e os subsídios à produção e à exportação. Assim, podemos dizer que protecionismo é a utilização destas medidas visando a modificação de um fluxo comercial com o objetivo de favorecer produtores nacionais e os instrumentos do protecionismo são as barreiras tarifárias e não-tarifárias.

### Barreiras tarifárias

A seguir serão apresentadas resumidamente as barreiras tarifárias que são aplicadas pela Alemanha (União Européia) às importações de alguns grupos de produtos provenientes do Brasil, por setores produtivos com vantagens comparativas.

SETOR AGROPECUÁRIO	IMPOSTO AD VALOREM	IMPOSTO ESPECÍFICO
A) Carnes e miudezas, comestíveis (Capítulo 02 - SH)	A tarifa varia entre 5,1 % e 15,4%. A carne bovina e a carne de frango estão sujeitas a uma alíquota de 12,8%. Poucos produtos estão livres de imposto.	O imposto oscila entre 12,9 e 304,1 Euros por 100 Kg líquido importado. À carne bovina aplica-se um imposto de 141,4 a 304,1 Euros por 100Kg importado e à carne de frango 26,2 a 32,5 Euros. Poucos produtos estão isentos deste imposto.

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

C) Móveis (Capítulo 94 - SH)	O imposto varia de 2% a 10%.	Todos os produtos estão livres de tarifas específicas
<b>SETOR TÊXTIL</b>	<b>IMPOSTO AD VALOREM</b>	<b>IMPOSTO ESPECÍFICO</b>
A) Lã (Capítulo 51 - SH)	O imposto varia de 2% a 9,8%. Alguns produtos estão livres do imposto.	Todos os produtos estão livres de tarifas específicas
B) Algodão (Capítulo 52 -SH)	O imposto varia de 4,4% a 8,4%. O algodão não cardado e os desperdícios de algodão estão livres de taxaço.	Não há imposição de tarifas específicas
C) Artefatos têxteis confeccionados (Capítulo 63 - SH)	O imposto oscila de 2,7% a 12,4%.	Não há imposição de tarifas específicas
<b>SETOR DE VESTUÁRIO</b>	<b>IMPOSTO AD VALOREM</b>	<b>IMPOSTO ESPECÍFICO</b>
A) Vestuário e seus acessórios, de malha (Capítulo 61 - SH)	O imposto oscila de 8% a 12,4%. Há uma grande incidência da alíquota de 12,4.	Não há imposição de tarifas específicas
<b>SETOR DE CALÇADOS</b>	<b>IMPOSTO AD VALOREM</b>	<b>IMPOSTO ESPECÍFICO</b>
A) Calçados (Capítulo 64 - SH)	A tarifa varia de 3 % a 17%.Predominam as alíquotas de 8% e 17%.	Não há imposição de tarifas específicas
<b>SETOR ALIMENTÍCIO</b>	<b>IMPOSTO AD VALOREM</b>	<b>IMPOSTO ESPECÍFICO</b>
A) Preparações alimentícias diversas (Capítulo 21- SH)	O imposto oscila de 5,1% a 17,3%.	O imposto oscila entre 6,9 e 78,3 Euros por 100 Kg líquido importado.
B) Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, alimentos preparados para animais (Capítulo 23 - SH)	O imposto oscila de 1,6 % a 12%. Alguns produtos estão livres do imposto.	O imposto oscila entre 23 a 948 Euros por tonelada importada.
<b>SETOR DE INDÚSTRIAS DIVERSAS</b>	<b>IMPOSTO AD VALOREM</b>	<b>IMPOSTO ESPECÍFICO</b>
A) Fumo e seus sucedâneos manufaturados (Capítulo 24 - SH)	O imposto varia entre 10% e 74,9%.	O imposto oscila entre 22 a 56 Euros por 100 Kg líquido importado.
B) Peles e couros (Capítulo 41 - SH)	O imposto varia entre 2% e 6,5%. Alguns produtos estão livres do imposto.	Não há imposição de tarifas específicas

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

## **Barreiras não-tarifárias**

Quanto às barreiras não-tarifárias, podemos, de maneira resumida, citar os seguintes instrumentos utilizados pela Alemanha no âmbito da legislação de importação da União Européia:

- a)** entre seus regulamentos existem os regimes especiais de importação, isto é, a Alemanha como membro da União Européia utiliza-se de uma preferência comunitária com a qual assegura prioridade para o consumo de produtos da União e proteção ao mercado contra importações que podem prejudicar a produção nacional;
- b)** a Alemanha (União Européia) mantém acordos comerciais bilaterais com os países da ACP ( África, Caribe e Pacífico) com regimes especiais de ajuda e de comércio, que facilitam muito as importações provenientes deste grupo de setenta países, principalmente de produtos agropecuários, em detrimento das exportações brasileiras;
- c)** vários produtos brasileiros, inclusive carne bovina e frutas, estão sujeitos, ao processo de licença de importação, com a justificativa de uma melhor administração da organização do mercado da comunidade e também para fins de controle estatístico;
- d)** a Alemanha utiliza-se do sistema de cotas tarifárias, por intermédio do qual as importações até o limite da quota estão isentas ou sujeitas a tarifas significativamente inferiores às incidentes sobre importações extracotas. Como exemplo podemos citar as carnes de bovinos, suínos, de frango e de peru, ovos, leite e laticínios;
- e)** por intermédio do Regime para os PMD (Países Menos Desenvolvidos) e Regime de Origem, a Comunidade suspende integralmente os impostos aduaneiros para os produtos contemplados no Sistema Geral de Preferências (SGP). Dada a origem dos produtos, não há como negar que tais procedimentos adotados, retira do Brasil condições

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

para exportação de vários produtos, principalmente da área agrícola. Neste tipo de Regime encontra-se o Regime Drogas adotado pela Comunidade, que beneficia países Andinos, com isenção tarifária para vários produtos agrícolas;

- f) o setor agrícola brasileiro é atingido também pelo programa denominado PAC (Programa Agrícola Comum) que tem como princípios a livre circulação dos produtos agrícolas entre os Estados Partes e a unificação de preços, estimular a preferência pelos produtos da própria comunidade contra importações e o último e principal princípio, que é o da solidariedade financeira, que fornece condições orçamentárias vultuosas e pouco transparentes aos agricultores, tanto na fase de produção como na fase de exportação. O setor agrícola é protegido das importações de terceiros países de maneira artificial.
- g) outro programa de proteção artificial do setor agrícola comunitário é o das Organizações Comuns de Mercado (OCMs), que estabelece políticas setoriais específicas de proteção e financiamentos a vários setores do setor agrícola. As OCMs têm seu sistema financeiro de ajuda esquematizado por intermédio da intervenção de compra de excedentes agrícolas quando o preço de mercado na Comunidade está abaixo de determinado preço de referência.

A seguir serão listados, no âmbito do setor agropecuário, alguns produtos brasileiros com vantagens comparativas e as respectivas barreiras não-tarifárias utilizadas pela Alemanha (União Européia) na sua importação. Estas informações foram obtidas principalmente da publicação Barreiras Externas às Exportações Brasileiras para Estados Unidos, Japão e União Européia (2001 – MDIC).

- *Culturas aráveis (cereais)*
  1. restituições às exportações – cobrem a diferença entre o alto preço interno e o preço internacional garantindo a competitividade da produção comunitária;
  2. intervenções nos mercados internos – consiste na compra de produtos pelos organismos de intervenção da Comunidade, durante um período determinado, dadas certas exigências quantitativas, quando os preços no interior da Comunidade se aproximam de um preço mínimo;
  3. ajuda compensatórias aos produtores - recursos financeiros oferecidos aos agricultores e calculados por hectares plantados;
- *Açúcar*
  1. sistema de quotas – utilização de sistema de cotas de produção interna que permite aos Estados atribuírem a cada empresa produtora de açúcar cotas que podem ser postas no mercado comunitário ou exportadas, com auxílio de restituição financeira;
  2. preço de intervenção;
  3. restituição às exportações;
  4. reembolso dos gastos com estocagem;
  5. intervenção para encorajar o uso do açúcar comunitário – restituição financeira ao produtor para utilização do açúcar comunitário na indústria química;
  6. ajuda financeira para o escoamento do açúcar em bruto e para o refino do açúcar;
  7. ajuda interna da OCM;
  8. cotas tarifárias de importação, conjunta com outros países, inclusive Cuba. A cota é de 23.930 toneladas/ano;
  9. isenções concedidas a terceiros países (ACP).

- *Frutas e legumes*
  1. contribuição financeira ao fundo operacional das organizações de produtores;
  2. intervenção no mercado na forma de retiradas – formas de indenização comunitária dada às organizações de produtores para retirada do mercado da produção excedente;
  3. restituições à exportação;
  4. auxílio financeiro à produção de frutas transformadas (processamento);
  5. Imposição de limites máximos de utilização de resíduos de pesticidas;
  6. as importações de frutas e hortaliças estão sujeitas a preços de entrada, sazonalidade, monitoramento, cláusulas de salvaguarda especial e severa vigilância fitossanitária.
  
- *Sementes*
  1. ajuda financeira à produção;
  2. sistema de certificação sanitária aplicada à importação;
  3. cláusula de salvaguarda – instrumento utilizado para dar proteção a setores produtivos de um aumento brusco e desmesurado de importações, utilizando a medida de fixação temporária de quantidades importadas. O processo é acionado por iniciativa do Estado Parte;
  4. a Alemanha como Estado parte da União Européia subsidia diretamente os produtores de grãos oleaginosos, mediante diversos programas contidos na Política Agrícola Comum (PAC);
  5. as importações dos produtos do complexo soja estão sujeitas à escalada tarifária, ou seja o maior grau de processamento da soja implica maior peso tarifário de importação.

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

- *Carne bovina*
  1. restituição financeiras às exportações;
  2. intervenções da Comissão da Comunidade correspondentes a preços mínimos e estocagem;
  3. ajuda financeira direta aos produtores;
  4. prêmio para vaca em amamentação;
  5. prêmio à transformação de novilhos machos;
  6. prêmio ao controle da sazonalidade;
  7. prêmio à criação extensiva;
  8. sistema de cotas - O Acordo Agrícola da Rodada Uruguai permite à União Européia a utilização de cotas tarifárias. Assim, as importações até o limite da cotas estão isentas ou sujeitas as tarifas significativamente inferiores às incidentes sobre importações efetuadas extracota;
  9. sistema moroso para habilitação de estabelecimentos exportadores do setor animal. Segundo a legislação da Comunidade, as importações de produtos animais são obrigatoriamente provenientes de estabelecimentos, no país exportador, habilitados pela Comissão Européia. Este processo de habilitação é lento, levando meses para que os estabelecimentos sejam autorizados o que constitui em mais um obstáculo às exportações brasileiras. As exigências da UE são mais severas para habilitação dos estabelecimentos do que as normas estabelecidas pela própria OMC;
  10. com referência à febre aftosa a União Européia (EU) estabelece condições de inspeção sanitárias e de certificação veterinária para as importação provenientes do Brasil. A Comunidade aplica normas próprias que aprofundam ainda mais as restrições à importações de carnes. As exportações de carne bovina com osso e de miúdos bovinos, e as

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

carnes suínas , sofrem restrições de acesso ao mercado sem justificativas fundamentadas. A carne bovina com osso, assim como os bovinos vivos e o sêmen de bovinos do Brasil têm sua importação proibida na UE em virtude da ocorrência da febre aftosa;

11. com referência à crise da vaca louca (encefalopatia espongiforme transmissível ou encefalopatia espongiforme bovina ou BSE) foram adotadas pela UE medidas que afetam as exportações brasileiras de carne e derivados, muito embora o Brasil nunca tenha apresentado registro da referida enfermidade e não usa ração com componentes de origem animal;
  12. com referência a utilização de resíduos biológicos, a medida permite à UE que seja suspensa a habilitação de um país exportador, no sentido de que exportações para a Comunidade sejam interrompidas se for identificado a utilização de resíduos biológicos proibidos (hormônios de crescimento, medicamentos veterinários - antibióticos e vermífugos - e contaminantes (pesticidas, dioxina, metais pesados etc);
  13. com relação à etiquetagem de carne bovina, a legislação da UE determina que toda a carne bovina comercializada deverá ser obrigatoriamente aposta etiqueta com indicação do código de rastreabilidade dos locais de abate e de desossa;
  14. medidas sanitárias e fitossanitárias.
- *Carne de frango*
    1. Brasil tem uma cota de 7.500 toneladas anuais, porém falta transparência no sistema de distribuição de cotas. Estas são administradas pelos importadores o que torna difícil conferir se os

- embarque estão total ou parcialmente dentro do limite da cota;
  - 2. subsídios às exportações;
  - 3. ajuda interna da OCM
- *Café*
    1. no caso da exportação brasileira de café, a legislação prevê o estabelecimento de limites ao teor de Ocratoxina;
    2. no caso do Brasil, a Alemanha não impõe restrições tarifárias às importações de café em grão. No entanto, a associação da União Européia com países da África, Caribe e Pacífico que deu origem a ACP, beneficiou por intermédio de acordos de preferências e outras formas de ajuda àqueles países, em detrimento das exportações brasileiras, especialmente de café;
    3. os países da Comunidade Andina beneficiam-se de isenção tarifária do café solúvel, devido aos benefícios concedidos pelo regime antidrogas, que proporciona aos países produtores uma ajuda para o combate ao cultivo da planta que dá origem a droga comercializada.
  - *Cítricos in natura*
    1. as importações de cítricos *in natura* de terceiros países estão sujeitas a aplicações de restrições fitossanitárias, tendo em vista às pragas como a *Guignardia Citricarpa Kiely* (pinta preta) e a *Xanthomonas Campestris* (cancro cítrico). Com referência à praga conhecida como pinta preta o Brasil ainda não conseguiu comprovar estar livre desta enfermidade.

- *Peixes, crustáceos e moluscos*
  1. a importação pela Alemanha (UE) de todas as espécies esta sujeita a barreiras, principalmente cotas. Além das cotas outras medidas são aplicadas tais como: inspeção de estabelecimentos, etiquetagem, requerimento sobre condições de pesca e transporte dos produtos e certificados sanitários.

Entre os produtos identificados com vantagens comparativas os produtos agropecuários são os mais atingidos pelas barreiras comerciais impostas pela Alemanha (União Européia). Estes produtos têm um peso muito significativo nas exportações brasileiras para a Comunidade. Muito embora a Rodada Uruguai tenha estabelecido um ponto para as negociações de quebra de barreiras colocadas pelos países desenvolvidos às importações de produtos agrícolas, estes mercados, inclusive a União Européia, continuam profundamente distorcidos pelo uso de subsídios à exportação, ajudas financeiras internas na produção, altas tarifas ad valorem e específicas e severas normas sanitárias e fitossanitárias que são utilizadas muitas das vezes sem a devida transparência e devida fundamentação.

Vários outros produtos são também atingidos pelas medidas de proteção adotadas pela Alemanha, tais como os produtos alimentícios, os têxteis, os vestuários, os calçados, fumo e produtos siderúrgicos.

### **Considerações finais**

O artigo mostra que no comércio entre o Brasil e a Alemanha, com base nos dados das exportações no ano de 2001, as vendas brasileiras para aquele mercado consistem substancialmente de produtos provenientes de setores produtivos brasileiros de intensivo uso de mão-de-obra não qualificada. Este fato, de acordo com a teoria de Heckscher-Ohlin e a partir das análises feitas, define-se como uma vantagem comparativa brasileira com vista ao mercado alemão.

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

Entretanto nossas exportações têm encontrado expressivas restrições tarifárias e não-tarifárias para entrada naquele país, principalmente nestes setores.

A Alemanha, em decorrência de sua participação na União Européia (UE) e no que tange a entrada de produtos em seu território aduaneiro, utiliza-se de maneira intensiva destes instrumentos, o que dificulta o aumento das exportações brasileiras.

As barreiras não tarifárias, por serem menos transparentes em contraste com as medidas tarifárias, vêm ocupando lugar de destaque no que se refere a novas maneiras de proteção daquele mercado. Apresentam-se como mecanismos que podem ser implantados com maior facilidade, frente aos regulamentos estabelecidos pelos organismos internacionais de comércio.

Aqui cabe destaque especial aos subsídios, que se apresentam como barreiras não-tarifárias, largamente utilizados pela Alemanha (União Européia), principalmente no setor agropecuário, onde o Brasil teria melhores condições de exportação.

Mesmo considerando outras variáveis que influenciam de maneira direta a expansão das exportações brasileiras, as barreiras comerciais devem ser levadas em conta como um fator determinante para evolução das vendas externas. No caso específico das exportações de produtos agrícolas, o crescimento das exportações manteve níveis próximos de sua tendência histórica, não apresentando sinais de melhoria em termos gerais.

O próprio Banco Mundial reconhece que as altas tarifas aplicadas pelos países desenvolvidos às importações de produtos agrícolas e de alimentos processados, juntamente com os fortes subsídios dados a suas produções locais, têm contribuído para a diminuição da participação destes produtos no comércio mundial.

Tendo em vista as difíceis negociações, no âmbito da OMC, para remover as barreiras comerciais impostas pelos países desenvolvidos às exportações brasileiras, principalmente agrícolas, um aumento das vendas brasileiras para a Alemanha implica obrigatoriamente em outro tipo de relacionamento com a União Européia. Atualmente para ter acesso ao mercado alemão, os produtos

brasileiros têm que concorrer com outros países, além dos próprios países da União, em condições desiguais.

Portanto, medidas tarifárias e não-tarifárias praticadas pela Alemanha (União Européia) constituem realmente um mecanismo de proteção de mercado aos produtos brasileiros, se mantidas as atuais regras de comercialização entre o Brasil e aquele país.

O caminho de uma possível integração entre o Brasil e a Alemanha pode ser viabilizado por meio dos blocos econômicos a que pertencem, isto é, Mercosul e União Européia, respectivamente. Parece ser a via mais curta na eliminação das barreiras à expansão das exportações brasileiras. O sucesso da abertura do mercado da Alemanha para os produtos brasileiros passa obrigatoriamente pela negociação comercial aprofundada entre o Brasil (Mercosul) e a Alemanha (União Européia) e esta opção implica, eventualmente, descartar outras opções de integração regional que poderiam ser também implementadas. É uma decisão política a ser tomada.

Apesar de o Acordo entre o MERCOSUL e a União Européia, assinado em dezembro de 1995, prever maior cooperação econômica e a criação de uma área de livre comércio entre os dois blocos, esta aproximação pouco evoluiu e conseqüentemente estabelecer preferências tarifárias e remover medidas não-tarifárias estão aparentemente ainda distante de se concretizar.

A concentração das importações alemãs provenientes dos próprios países da União Européia, a adesão dos novos países participantes deste bloco a partir de 2004, os acordos comerciais e econômicos com os países da ACP, os acordos bilaterais com vários outros países incluindo concessão de tarifas preferenciais e os mecanismos de proteção de mercado adotados pela Alemanha no âmbito da União Européia, incluindo os subsídios, formam um conjunto de argumentos que indicam as dificuldades de crescimento das exportações brasileiras para aquele mercado.

A ausência de um real acordo comercial de concessões tarifárias e remoção de barreiras não-tarifárias pela Alemanha, impedem o crescimento das exportações brasileiras para aquele país e ao mesmo tempo indicam a continuidade dos substanciais déficits comerciais brasileiros com o mercado germânico.

## Referências bibliográficas

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. *Balança Comercial Brasileira*, Brasília, 2001.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comércio Exterior. *Barreiras Externas às Exportações Brasileiras para Estados Unidos, Japão e União Européia*, agosto de 2001.
- Bureau International Des Tarifas Douaniers. *European Union*. The International Customs Journal. Journal N° 14, 24° Edition. January, 2002.
- CALDAS, Ricardo e ERNST, Christoh. *ALCA, APEC, NAFTA e UNIÃO EUROPEIA – Cenários para o Mercosul no Século XXI*. Rio de Janeiro. Lumen Juris, 2003.
- Carvalho, José L., Haddad, Cláudio L.S. *Um índice de qualidade de mão-de-obra: uma aplicação do conceito de capital humano*. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v 31, n° 1, p.3-43, janeiro/março. 1977.
- DORNBUSCH, R., FISCHER, S. e SAMUELSON, P. Comparative Advantage, Trade and Payments in a Ricardian Model. *American Economic Review*, pp 823- 839. 1997.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Regionais do Brasil (1985-1997). *Contas Nacionais n° 3*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- GTI - GLOBAL TRADE INFORMATION SERVICES INC. *World Trade Atlas*. London: Germany Edition. CD-ROM, 2001.
- HIDALGO, Álvaro Barrantes. Intensidade fatoriais na economia brasileira: novo teste empírico de Heckscher-Ohlin. *Revista Brasileira de Economia* 39, n° 1: 27-55, 1985.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Matriz das relações intersetoriais: Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 1979.
- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - IEDI, *Políticas Industriais em Países Selecionados*, outubro de 1998.

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Direction of Trade statistics*. Washington (USA): Yearbook, 2002.
- KRUGMAN, Paul R. and OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional – Teoria e Política*. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2001.
- KUME, HONÓRIO e PIANI. *Barreiras às Importações nos EUA, Japão e União Européia: estimativas do impacto sobre as exportações brasileiras*. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior - FUNCEX, outubro de 1999.
- MACHADO, Daniel Lafetá. *A qualificação da mão-de-obra no comércio internacional brasileiro: um teste de Heckscher-Ohlin*. 20º Prêmio BNDES de Economia. Rio de Janeiro: BNDES, 1997
- PINHEIRO, Armando Castelar, GIAMBIAGI, Fábio e MAJBERG, Sheila. *Cenários Macroeconômicos e Setoriais para a Economia Brasileira- 1997/2002*. Revista do BNDES, Nº 7, junho de 1997.
- ROCCA, Carlos Antônio, Barros, J.R.M. de. *Recursos humanos e estrutura do comércio exterior*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 2, nº 5, p.89 – 110, out. 1972.
- RICUPERO, Rubens. *O Brasil e o Dilema da Globalização*. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- SOARES, Fernando Antônio Ribeiro. *A Liberalização Comercial e seus Impactos Alocativos na Economia Brasileira*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Economia, Universidade de Brasília. Brasília, 2000.
- \_\_\_\_\_. *A liberação comercial e seus impactos alocativos na economia brasileira*, Economia Aplicada, vol 6, nº 3, 2002.
- TARIFA Externa do Brasil (TEC). São Paulo: Editora Aduaneira. 2002.
- THE ECONOMIST Intelligence Unit. Country Profile. Germany, London, United Kingdom, 2001.
- THE ECONOMIST Intelligence Unit. Country Report. Germany. First quarterly. London -United Kingdom, 2002.
- UNIÃO EUROPÉIA – *Acesso ao Mercado Comunitário*. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial, 2002.

Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 119-152, jan./jun. 2004

- \_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial. *Como Exportar para a Alemanha*, Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Secretaria de Comércio Exterior. *Sistema Alice de Análise Estatística*, Brasília, 2002.
- WORLD TRADE ORGANIZATION. *International Trade Statistics*. Geneve - Switzerland, 2000.